MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Gestão Pública
Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal
Coordenação-Geral de Elaboração, Orientação e Consolidação das Normas

NOTA TÉCNICA Nº-89 /2012/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP

Assunto: Anulação de anistia e aposentadoria

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Os autos tratam dos procedimentos a serem adotados quanto à anulação da concessão de anistia e do ato de aposentadoria do ex-servidor da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.
2. Acompanhando a trajetória funcional do servidor, observa-se que o interessado foi beneficiado pela anistia concedida pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; retornou à FUNAI em 08 de novembro de 1994; e, por fim, foi redistribuído para a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.
3. Ocorre que, não obstante sua admissão no serviço público ter se dado no emprego de Engenheiro, na FUNAI, após a concessão de anistia, foi enquadrado como estatutário, em 31 de outubro de 2001, vindo a se aposentar nesse mesmo regime em 1º de novembro de 2001.
4. Frise-se que por meio da Portaria Interministerial nº 235, de 7 de junho de 2002, as decisões da Subcomissão Setorial instalada na FUNAI que concederam anistia a determinados empregados (dentre as quais do servidor em comento), pelo fato de terem sido proferidas em desacordo com os ditames da Lei nº 8.878, de 1994, foram anuladas.
5. De acordo com o Despacho exarado pela Comissão Especial Interministerial - CEI desta Pasta (fls 64/65), neste caso específico, verificou-se que o interessado, após ter tido o seu ato de anistia anulado pela Portaria Interministerial nº 235, de 2002, não protocolou requerimento de revisão de sua anistia junto àquela Comissão, nos termos do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, conforme pesquisa realizada no Controle de Processos e Documentos – CEPROD, concluindo, portanto, que o Sr. Jair Ochsendorf e Sousa não ostentava a condição de anistiado.

6. Os autos tramitaram pela então Coordenação-Geral de Elaboração, Orientação e Consolidação das Normas – CGNOR, ocasião em que foi proferida a Nota Técnica nº 748/2010/COGES/DENOP/SRH/MP, concluindo que *“tendo em vista a especificidade do caso em tela, e considerando-se as constatações supra, sugere-se o encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica deste Ministério – CONJUR/MP, a fim de que possa se pronunciar quanto aos procedimentos a serem realizados no que concerne aos efeitos da anulação de sua anistia, uma vez que ocorreu após a sua aposentadoria”*.

7. Por sua vez, a Consultoria Jurídica deste Ministério, através do PARECER Nº 1708 – 3.23/2010/ACG/CONJUR/MP, manifestou-se no sentido de corrigir ou anular o ato eivado de vício, que concedeu aposentadoria ao interessado, pelas razões expostas a seguir:

14. O ato de aposentadoria do servidor foi processado no âmbito da FUNASA, seguindo-se a Orientação Normativa da SRH nº 1, de 14.02.02, a qual instruía os órgãos de pessoal da Administração Pública Federal no sentido de que a anulação de anistia não deveria alcançar os servidores que estivessem aposentados.]

(...)

16. De qualquer modo, embora inicialmente se reconheça que o ato de aposentadoria estava amparado pela interpretação jurídica à questão, na época, dois pontos chamam a atenção no caso em tela.

17. O primeiro é que o sr. XXXXXX teve seu regime alterado, de celetista para estatutário, um dia antes da publicação da Portaria nº 571, que concedeu sua aposentadoria sob o regime estatutário, computando-se todo o tempo de anistia como se o referido servidor estivesse sob o novo regime. Não há documentação nos autos suficiente para demonstrar como este procedimento teria se concretizado. O segundo ponto que chama a atenção é que a aposentadoria foi concedida durante o processo de revisão de anistia, após a publicação no DOU, por duas vezes, de Pareceres conclusivos da COINTER que já sinalizavam pela revisão da decisão da Subcomissão Setorial e, portanto, pela anulação da anistia concedida ao Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX.

(...)

19. De fato, o que se tem é que o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, após a publicação da PORTARIA INTERMINISTERIAL nº 235, de 7 de junho de 2002, não ostentava mais a condição de anistiado, visto que a Comissão legalmente instituída para apreciar os atos de concessão de anistia referentes à Lei nº 8.878/94 concluiu que o referido servidor fora indevidamente readmitido, pois não preenchia os requisitos constantes deste diploma legal.

20. Vale ressaltar que ao interessado foi oportunizado o contraditório e a ampla defesa durante todo o processo de revisão de anistia, que primou pela legalidade. O Sr. XXXXX poderia ter recorrido ou requerido a revisão da decisão que anulou a anistia anteriormente concedida. Mas não o fez. Permaneceu inerte, prescrevendo, enfim, o direito de se insurgir administrativamente contra esta decisão.

(...)

21. Pois bem. Constatando-se que a anulação da anistia do interessado foi processada, decidida e editada pelas autoridades competentes, sendo-lhe oportunizado o contraditório e ampla defesa, tal ato é plenamente válido e deve produzir efeitos jurídicos. A concessão de aposentadoria ao Sr. XXXXX não tem o condão de “legalizar” ou “legitimar” o seu retorno ao serviço público – como a Orientação Normativa SRH nº 1/2002 equivocadamente poderia sugerir.

(...)

26 Portanto, conclui-se que o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX não fazia jus à aposentadoria, como empregado público ou servidor, visto que sua anistia fora anulada. Todavia, caso se entenda que a aposentadoria “impediria a anulação da sua anistia”, ele não poderia ter sido aposentado pelo regime estatutário, mas sim pelo Regime Geral de Previdência Social.

27. Tratando-se de novο equívoco da Administração Pública – manter aposentado pelo regime estatutário, ex-servidor que teve sua anistia anulada -, esta deve exercer todos os atos adequados para sanear o ato viciado, nos termos da Lei 9.784/99: é necessário instaurar o devido processo administrativo, oportunizando o contraditório e ampla defesa ao interessado, o qual poderá ter sua esfera privada de direitos atingidos, observando-se o prazo de cinco anos, previsto no rt. 54, do referido diploma legal.

28. No caso, sendo a aposentadoria concedida pela FUNASA, é este órgão quem deve instaurar o devido processo administrativo, conferindo o contraditório e a ampla defesa ao sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, que teve sua anistia anulada e não apresentou qualquer pedido de revisão do *decisium* correspondente.

29. Destaque-se que, por ser a concessão de aposentadoria ato complexo, após a decisão anulatória administrativa, é necessário encaminhar a questão ao Tribunal de Contas da União que, como dito, homologou o ato de concessão de aposentadoria em 2006 – não se consumando, enfim a decadência apontada no referido art. 54 da lei 9.784/99. Para tanto, recomenda-se atuação conjunta da FUNASA – com seu órgão técnico e sua Procuradoria - , da SRH/MP e do DEAEX/CGU/AGU – unidade de Consultoria-Geral da União que tem atribuição de atuar junto ao TCU em casos semelhantes.

8. Desta feita, em consonância com as orientações emanadas pelo Parecer CONJUR/MP, supra, e uma vez que a anistia do interessado foi anulada, deverá a FUNASA, auxiliado por sua área jurídica, desencadear processo administrativo visando apurar, corrigir ou anular o ato supostamente irregular que concedeu aposentadoria ao servidor, conferindo o contraditório e a ampla defesa, observando o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e normativos que regem a nulidade de ato jurídico, bem como a instauração de processo administrativo disciplinar destinado a apurar a responsabilidade funcional a quem deu causa à concessão da aposentadoria supostamente irregular.

9. Por fim, destacamos a recomendação da CONJUR/MP para que a FUNASA atue em conjunto com a DEAEX/CGU/AGU, unidade da Consultoria-Geral da União que

tem atribuição de atuar junto ao Tribunal de Contas da União – TCU em casos semelhantes.

CONCLUSÃO

10. Por todo o exposto, e considerando a urgência que o caso requer, sugerimos o encaminhamento dos autos à Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Fundação Nacional de Saúde, para adoção das providências administrativas necessárias com vistas a regularizar a situação posta.

Brasília, 11 de abril de 2012.

CLEVER PEREIRA FIALHO
Matrícula SIAPE nº 01708791

MARIANA C. MALDI E SOUZA
Chefe da DIEXT

De acordo. À Consideração da Senhora Diretora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal.

Brasília, 11 de abril de 2012.

ANA CRISTINA SÁ TELES D'ÁVILA
Coordenadora-Geral de Elaboração, Orientação e Consolidação das Normas

Aprovo. Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, conforme proposto.

Brasília, 12 de abril de 2012.

VALÉRIA PORTO
Diretora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal